

Surveillance in Latin America

"Vigilância, Segurança e Controle Social". PUCPR . Curitiba . Brasil . 4-6 de março de 2009

ISSN 2175-9596

TOYOTISMO E NEOLIBERALISMO: novas formas de controle para uma sociedade-empresa

Toyotism and Neoliberalism: new means of control for an enterprise-society

Rafael Alves da Silva ^a

^(a) IFCH - UNICAMP, Campinas, SP – Brasil, e-mail: rafaelcotuca@yahoo.com.br

Resumo

Michel Foucault tratou do que chamou de sociedades de disciplina e sua principal técnica, o confinamento. Porém, em vários momentos apontava que tais práticas estavam sendo deixadas para trás, dando lugar a outras. Essas pistas foram seguidas por Gilles Deleuze em sua reflexão sobre as sociedades de controle e de como seus mecanismos podem ser menos evidentes que os disciplinares, mas mais eficientes e com um alcance ainda maior.

O modelo atual de gestão da produção, associado ao toyotismo, e as atuais tecnologias de vigilância do trabalho configuram uma dimensão do que podemos chamar de sociedades de controle. É possível fazer um paralelo com esse sistema de gestão da produção e o atual sistema de gestão da vida, biopolítica nos termos de Foucault. Toyotismo de um lado e neoliberalismo de outro, como fenômenos de uma sociedade de controle.

Buscando ir além dos aparatos técnicos de vigilância, como câmeras e softwares, focando também tecnologias discursivas e os mecanismos subjetivos de controle do trabalho e social, pretende-se contribuir para a discussão sobre como pode ocorrer tal mobilização para o mercado e o trabalho, com a fábrica prescindindo do capataz e sem a necessidade de qualquer regime ditatorial declarado. Nas palavras de Burroughs: “um estado policial em pleno funcionamento não precisa de polícia”.

Palavras Chave: toyotismo, neoliberalismo, sociedades de controle, controle do trabalho, biopolítica

Abstract

Michel Foucault dealt with what he called societies of discipline and their key technique, confinement. However, he often pointed out that such practices were being gradually phased out while others took place. These clues have been followed by Gilles Deleuze in his reflections on societies of control and how their mechanisms, although less evident than disciplinary ones, can be even more efficient and have longer reach.

The current model of production management, associated with toyotism, along with current work-vigilance technology set up a dimension of what may be called societies of control. It is possible to establish a comparison between this system of production management and today's system of life management, biopolitics, in Foucault's words. Toyotism on the one hand, and neoliberalism on the other, must be understood as societies of control's phenomena.

In an effort to view beyond vigilance gagdetry, such as cameras and softwares, thus focusing in discourse technology and subjective mechanisms of social and work control, this paper aims to contribute to the questioning of such mobilizations for work and market, to which an explicit dictatorial regime seems just as dispensable as the foreman in the factory. In Burroughs's words: "a police state in full work needs no police".

Key-words: toyotism, neoliberalism, societies of control, work control, biopolitics

INTRODUÇÃO

Embora o pensamento de Foucault tenha se voltado para a técnica principal das sociedades de disciplina, o confinamento, “ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás” (DELEUZE, 1992, p. 215-216). Essa observação é feita por Gilles Deleuze, no texto *Post Scriptum sobre as sociedades de controle*. Em sua reflexão, Deleuze aponta mudanças na sociedade e no capitalismo contemporâneos, apresentando exemplos como a passagem da fábrica para a empresa.

A atual gestão da produção e as novas formas de controle do trabalho, associadas ao modelo toyotista, permitem a dispersão da produção e um aparente afrouxamento na disciplina experimentada no modelo taylorista/fordista. A empresa pode hoje prescindir dos inspetores da qualidade, reduzir seus supervisores, dispersar a produção subcontratando e terceirizando processos importantes, chegando mesmo a valer-se de várias formas de trabalho à distância e doméstico, reduzindo seus custos. Levando em consideração que tal forma de gestão ainda demonstrou ser mais produtiva, pois deu novo fôlego ao capital a partir da década de 1970, respondendo à crise do binômio taylorista/fordista, podemos supor que o controle tornou-se mais eficiente, apesar do que possa parecer à primeira vista.

O toyotismo e as atuais tecnologias de vigilância do trabalho configuram uma dimensão do que podemos chamar de sociedades de controle. É possível fazer um paralelo com esse sistema de gestão da produção e o atual sistema de gestão da vida, biopolítica nos termos de Foucault. Toyotismo de um lado e, de outro, neoliberalismo – que também respondeu à crise do modelo keynesiano – como fenômenos de uma sociedade de controle.

A análise das tecnologias de controle nesse caso não deve ser limitada aos seus aparatos técnicos, como câmeras e softwares, mas focar também tecnologias discursivas e os mecanismos subjetivos de controle do trabalho e social. Como pode ocorrer tal mobilização para o mercado e o trabalho, sem a necessidade de qualquer regime ditatorial declarado na fábrica ou no Estado? Nas palavras de Dr. Benway, personagem do livro de Burroughs: “um

estado policial em pleno funcionamento não precisa de polícia” (BURROUGHS, 1992, p. 31-32).

TOYOTISMO

Os conceitos que norteiam a organização da produção atualmente são inspirados em ferramentas e métodos amplamente associados ao modelo japonês de produção. “Dentre experiências do capital que se diferenciavam do binômio taylorismo/fordismo, pode-se dizer que o ‘toyotismo’ ou o ‘modelo japonês’ encontrou maior repercussão”(ANTUNES, 2003, p. 53).

Não é possível recuperar aqui os detalhes do método, as fases de implantação do mesmo na empresa Toyota ou sua disseminação também no ocidente. Nos importa apenas destacar no que o toyotismo difere de formas anteriores de gestão e organização da produção e seus princípios gerais. Para o sociólogo Ricardo Antunes, o toyotismo difere do fordismo basicamente pela produção muito vinculada à demanda, além de variada e bastante heterogênea; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariiedade de funções e flexível, onde o trabalhador pode operar várias máquinas; tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que deve ser mínimo. O processo produtivo é *horizontalizado*, transferindo muitas atividades para terceiros – enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista esse número chega a 25% e tende a reduzir-se ainda mais. Além disso, organiza grupos de trabalhadores que são instigados a discutir seu desempenho¹“com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava” (ANTUNES, 2003, p. 55).

Pela pequena descrição feita até aqui já é possível compreender o grau de controle necessário para operar respondendo à demanda do mercado, produzindo o necessário com o maior aproveitamento possível da mão de obra, assim como controlar um estoque mínimo, onde nada falte, mas nada sobre, visando não antecipar capital. E, no lugar do trabalhador especializado, operando uma única máquina, sob o olhar de um supervisor com um cronômetro, imagem clássica do método de Taylor, teremos no toyotismo um trabalhador que

¹ Normalmente encontramos a terminologia “Círculos de controle de qualidade” – CCQs, para esses grupos.

opera várias máquinas ou executa diferentes funções, às quais escapariam à gerência coordenar e, além disso, essa gerência ainda foi reduzida; as atividades podem ser feitas por equipes ou times de trabalho muitas vezes com rotatividade das competências. Além disso, várias empresas executam pequenas etapas do processo de fabricação de determinado produto ou fornecem peças que precisam seguir a risca as especificações do produto final, mas também um exército de trabalhadores pode trabalhar à distância, muitas vezes em suas casas, apresentando desempenho elevadíssimo, sem que o ‘chefe’ esteja sentado na mesa de trás.

E aqui vale ressaltar um dos princípios norteadores da gestão atual, que é a busca pela redução de efetivos. O planejamento e controle da produção busca chegar a um nível que permita dividir determinada tarefa, distribuindo-a entre os trabalhadores, de modo a eliminar o posto daquele que antes a executava. A constante coleta e interpretação de dados permitem entender um fluxo de trabalho e traduzí-lo em um software ou maquinário que passe a executar a tarefa e reduza o trabalho vivo².

“[...] não é tanto para economizar trabalho, mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos ‘movimentos desperdiçados’ são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização na Toyota é a história da redução de trabalhadores; [...] Todo o seu tempo [dos trabalhadores], até o último segundo, é dedicado à produção (Kamata apud ANTUNES, 2003, p. 56).

Já que a coleta e interpretação de dados relativos ao processo é tão importante para o aperfeiçoamento contínuo da gestão, assim como as sugestões e melhorias feitas pelo próprio trabalhador à sua atividade, o que é encorajado, estimulado e exigido pela empresa, fica evidente que o envolvimento e participação dos trabalhadores é essencial nas formas contemporâneas de gestão da produção, mobilizando qualidades que foram, por vezes, deixadas de lado em formações anteriores. Também fica claro que o quadro atual traz várias complicações para os trabalhadores, como uma intensificação do trabalho, um desgaste

² Isso não significa que o capital possa prescindir totalmente do trabalho vivo, nem que o desemprego seja meramente resultado do uso da tecnologia. A tecnologia em si não determina nada. Experiências que tentaram simplesmente automatizar a produção fracassaram, como o projeto Saturno da General Motors. Embora o desenvolvimento tecnológico seja importantíssimo para o método Toyotista, e é fácil entender como ele se desenvolveu juntamente com as tecnologias da informação, não é o uso de tecnologia seu diferencial, nem é tal uso o responsável pelo desemprego. O desenvolvimento tecnológico é um fator e, vale lembrar, a gestão está configurada para reduzir e precarizar postos, essa é a racionalidade do processo, é uma opção, é a lógica de um sistema que opta por, na medida em que a tecnologia avança, ao ter a possibilidade de deixar o trabalho humano mais fácil, sobrecarregar uns e deixar outros totalmente sem trabalho.

evidenciado por vários problemas de saúde física e mental, ao mesmo tempo em que crescem os índices de desemprego.

“Não nos parece que o ‘toyotismo’ tenha significado, do ponto de vista dos trabalhadores, um avanço em direção ao domínio do processo produtivo. Isso por vários motivos: (...) as contrapartidas do ‘toyotismo’ inscrevem-se claramente numa estratégia de cooptação dos operários para participação nos objetivos da empresa; (...) precarização das condições de trabalho e o desemprego estrutural para contingentes cada vez maiores da força de trabalho. Mesmo para os trabalhadores que estão empregados pelas empresas centrais, o que se observa é a extensão da jornada de trabalho e uma pressão contínua” (MARCELINO, 2004, p. 114-115).

Pode parecer, no mínimo, contraditório que se consiga a adesão dos trabalhadores para que incorporem novas tarefas, intensifiquem o ritmo de trabalho, contribuam com idéias para a melhoria do processo, sendo que o resultado da melhoria não é redução de desgaste no trabalho, mas de postos, de modo que, no limite, o trabalhador trabalha para sua própria exclusão. Os níveis de desemprego e a precarização a que se assiste já não deixaram bastante claros o efeito de ‘escada rolante ao contrário’ em que vive o trabalhador, onde se dedicar à tarefa, estudar e se aperfeiçoar para além do horário oficial de trabalho, não garantem ascensão na carreira?³

Ao calcular as possibilidades de intensificação de trabalho, Taylor escolhia um trabalhador que lhe parecesse adequado para definir um novo padrão, um gorila amestrado em suas palavras, e lhe oferecia um pagamento maior se cumprisse a tarefa como planejada. Seu método procura estabelecer uma “relação formal de reciprocidade entre dois sujeitos histórica e politicamente desiguais: capital e trabalho” (HELOANI, 1994, p. 18).

Já as contrapartidas do fordismo como modelo vão além dos melhores salários pagos por Ford, estando ligadas também às políticas keynesianas e do Estado de bem estar social, durante uma espécie de “círculo virtuoso (ganhos elevados de produtividade – grande produção – aumento dos salários – consumo alto)” (LINHART, 2007, p. 76). “A esmagadora maioria dos conflitos e das greves das décadas de 1950, de 1960 e do início da década de 1970, que haviam sido desencadeados pelos sindicatos ou retomados por eles, terminou em negociações sobre os salários ou, de modo mais geral, sobre o contrato de trabalho” (LINHART, 2007, p. 78). Cabe perguntar quais são as contrapartidas do toyotismo?

Thomas Gounet resume ironicamente as inovações principais do toyotismo:

³ Como a Rainha Vermelha disse à Alice no conto de Lewis Carroll, aqui é preciso correr muito mais para permanecer no mesmo lugar.

“Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalha um elemento para satisfazer a equipe que vem depois da sua na cadeia. Em suma, o ‘toyotismo’ elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra simplificado, desmotivante, embrutecedor” (GOUNET, 1999, p. 33).

Se estes são os pontos de defesa de tais técnicas de gestão, por outro lado já estão bastante evidentes o caráter de intensificação do trabalho, redução e precarização de postos, entre outros. Levando psicólogos do trabalho a voltarem-se para tais questões e trabalhadores a declararem preferir os métodos anteriores⁴.

Diante disso é preciso comentar que não pode ser possível que as ferramentas de gestão da qualidade, o conhecimento psicológico da área de recursos humanos, as ‘reuniões do abraço’, os concursos, os prêmios, as gincanas, enfim, as técnicas de gestão e seus mecanismos de cooptação, sejam os únicos responsáveis pela adesão do trabalhador. Fica limitada a análise desse quadro se interpretarmos que ocorre um engodo por parte do capital, que os trabalhadores são enganados para que contribuam, pois parece que o capitalismo parou de prometer há algum tempo. Não mais se pede empenho para a situação melhorar, mas apenas constata-se que ‘não há alternativas’, a frase preferida, talvez, da doutrina neoliberal. Um primeiro ponto que precisamos investigar é de que esse envolvimento é possível em um tipo específico de trabalhador e de sociedade.

Pois, ao tratar de controle, claro que é interessante analisar o aspecto técnico da gestão do trabalho, como a produção pôde se dispersar, como a produtividade dos trabalhadores pode ser acompanhada a distância, como os dados gerados pelo sistema podem ser constantemente colhidos e analisados para aperfeiçoá-lo; mas existe uma outra dimensão desse controle que é a adesão que se consegue do trabalhador e da sociedade. Claro que é um feito para o capital conseguir equacionar a financeirização da economia, a dispersão da produção, a flexibilidade produtiva acompanhando mudanças constantes no mercado, é impressionante mesmo todo o fluxo de informação controlado. Mas não é um feito muito maior conseguir que aqueles que

⁴ “Com base em pesquisa feita no Rio Grande do Sul, a professora Valmíria Piccinini, da Escola de Administração da UFRGS, identificou paradoxos vividos numa sociedade em processo de transição entre o fordismo e o toyotismo: muitos trabalhadores afirmam que a ausência de sentido decorre da repetição mecânica, como nas linhas de produção tradicionais. Mas pessoas que atuam dessa forma maquinial preferem trabalhar assim, porque pelo menos podem ficar sozinhas com seus pensamentos, enquanto nos sistemas de produção mais modernos, a cobrança e a pressão são maiores, já que cada funcionário fica controlando o outro” (LOBO, F. pg 15).

trabalham, que colhem as informações, que alimentam as máquinas e softwares, enfim, que possibilitam a movimentação econômica o façam com toda a dedicação ao mesmo tempo que são gradativamente e cada vez mais jogados à margem do sistema? Não é essa característica do controle muito mais refinada, conseguir que o trabalhador defenda a empresa, pois dela depende sua vida, mas o faça morrendo por ela?⁵

Para isso, tendo tratado rapidamente de aspectos da racionalidade aplicada à produção contemporânea, passemos para o raciocínio político e o discurso social que se articulam neste cenário para, adiante, tentar delinear o quadro geral de uma sociedade de controle e em que esse conceito encontra ressonância na realidade que estamos comentando. Nesse sentido, é necessária certa paciência ao leitor, pois alguns trechos podem parecer parte de uma outra discussão, da análise de determinada teoria ou fato histórico, mas trata-se apenas de delinear um quadro, de apresentar uma articulação, diferentes questões, mas com uma mesma matriz de raciocínio. Apresentar esses elementos em separado permitirá ao final tratar das sociedades de controle voltando a eles e a seus exemplos.

Traços da sociedade contemporânea: a teoria do capital humano

No discurso contemporâneo, o trabalhador se torna uma empresa, responsável por sua empregabilidade, devendo, portanto, investir em sua carreira buscando permanente formação. O sociólogo Osvaldo López-Ruiz, num estudo sobre os executivos das transnacionais, busca delinear o *ethos* que motiva e impulsiona o capitalismo na fase contemporânea. Sua análise volta-se para o conceito de “capital humano” e os economistas da Escola de Chicago.

López-Ruiz explica que para tais autores, o valor do *stock* ‘capital humano’ não é inferido de uma analogia com o ‘não humano’ ou ‘morto’, mas que são as próprias ‘destrezas e habilidades’ adquiridas pelos trabalhadores. Trata-se de estabelecer quanto valem para o

⁵ Infelizmente aqui nem se trata de ser dramático, pois já é conhecido o termo *karoshi* cunhado no Japão para designar a morte por excesso de trabalho. Além dos danos à saúde física como lesões e outras seqüelas causadas pelas condições ou intensificação de trabalho, a saúde mental já é um claro problema, a Organização Mundial da Saúde apontou em 2005 que 30% dos trabalhadores no mundo apresentavam sintomas de depressão, transtornos de ansiedade (como síndrome do pânico) ou estresse, estimando que transtornos depressivos saltariam do quarto lugar no ranking de doenças mais onerosas para o segundo até 2020 – estudo citado em LOBO, F. pg 13-14. Outro exemplo é a recente série de suicídios num curto espaço de tempo em montadoras francesas.

mercado certos atributos que o homem pode desenvolver e que valor econômico eles podem produzir. Além disso, o que antes fora tratado como “custo”, um gasto derivado da utilização de mercadorias e serviços para a satisfação de necessidades humanas, será tratado por “investimento”.

“A ciência econômica, nesse caso, não cria só uma teoria sobre a economia; cria um *repertório de interpretação* que nos permite pensar e pensar-nos de maneira tal que não nos resulte repulsiva a imagem do humano como riqueza – como o havia sido em tempos de J. S. Mill. A partir de seus postulados ‘cientificamente verificáveis’, o humano passa a ser entendido como uma forma de capital e, portanto, o ‘capital humano’ e tudo o que se faça para incrementá-lo é investido de um valor positivo: cada pessoa *deve* – porque é economicamente conveniente, mas também porque é ‘moralmente bom’ – aumentar suas habilidades [...] a partir de ‘investimentos’ constantes” (LOPEZ, 2007, p. 62).

Assim, na análise de López-Ruiz, com a sua proposta de um deslocamento conceitual-valorativo do consumo para o investimento, estamos diante da emergência de uma sociedade organizada a partir do modelo de empresa. Ou em outras palavras, uma sociedade na qual cada indivíduo é levado a incorporar a forma empresa como meio de organizar, não apenas a sua atividade profissional, a sua carreira, mas a sua própria vida. Dessa forma, sendo ‘proprietários’ de suas próprias habilidades e competências, são também responsáveis por sua manutenção e incremento, devendo investir constantemente em si para corresponder às exigências de seleção do mercado⁶.

O filósofo André Gorz, tratando de mudanças recentes no capitalismo, analisa que

“desfeitas as relações salariais convencionais, resolveu-se a questão a respeito do modo como o capital consegue exercer poder sobre os homens e é capaz de *mobilizar a todos*: os empregados têm de se tornar empresas (...). Na *briga com a concorrência*, eles serão forçados a internalizar a pressão trazida pela lógica de obtenção do máximo de proveito possível. No lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força de trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde, etc. ‘A pessoa é uma empresa’. No lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas, que são clientes do auto-empresário” (GORZ, 2005, p. 10).

⁶ E tudo pode ser encarado como aprendizado numa ‘vida’ que é vista como ‘carreira’, como nos mostra uma das capas da revista do segmento de gestão de carreira *Você s/a*: “‘Eu negociei a vida do meu filho’ - “O empresário Alexander Lucinski passou 15 dias negociando com seqüestradores. Dessa experiência, tirou lições para a vida e para o trabalho” (Gusmão, M. pg 22).

NEOLIBERALISMO

Passemos agora ao tema do neoliberalismo. O filósofo Michel Foucault, refletindo sobre a “arte de governar”, considera que a partir de meados do século XVIII, caracteriza-se o que ele vai chamar de “razão governamental moderna”, instaurando um princípio de limitação intrínseco à arte de governar, objetivando o excesso de governo, no lugar de abuso da soberania. Nessa transformação, ocorre que a regulação não advém do direito, mas da economia política, entendida como todo método de governo suscetível de assegurar a prosperidade de uma nação. A economia política não se pauta em direitos naturais, mas na natureza daquilo que deve ser governado. Uma natureza que se deve observar para se obter êxito, de modo que a legitimidade é substituída pela eficácia. O mercado permite que apareçam os mecanismos naturais e quando se deixa que atuem possibilita a formação de um preço natural e bom. E é justamente para estudar o que chama de “regime de verdade” estabelecido pela economia política, que o autor se volta para o liberalismo.

“Valor de troca e veridicação espontânea dos processos econômicos, medidas de utilidade e jurisdição interna dos atos do poder público: aí está como a razão governamental articula os princípios fundamentais de sua autolimitação. Troca de um lado, utilidade de outro, (...) a categoria geral que vai abranger tanto a troca quanto a utilidade é, naturalmente, o interesse, dado que o interesse é o princípio da troca e o critério da utilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 46). A reflexão de Foucault acerca do liberalismo, ao analisar como os conceitos de utilidade, interesse e eficácia, se sobrepõem às noções de soberania e legitimidade, explicita as transformações ocorridas no século XVIII. Daí, após as diversas facetas da intervenção estatal, como o nazismo, o socialismo e o *welfare state*, ocorrerão novas transformações na segunda metade do século XX, ligadas ao neoliberalismo. O autor comenta primeiramente o neoliberalismo alemão, os ordoliberais, e a intenção de refundar o Estado sem acudir a nenhum dos princípios que tinham levado ao Estado nacional-socialista.

Para os ordoliberais não era suficiente o que ocorria no século XVIII, que a economia de mercado delimitasse um ponto onde o Estado não poderia mais intervir. Já que o Estado portava defeitos intrínsecos, e nada indicava que a economia de mercado portasse os mesmos defeitos, era coerente que ela fosse o princípio de regulação do Estado, “um Estado sob vigilância do mercado antes de um mercado sob vigilância do Estado” (FOUCAULT, 2004, p. 120). Tais autores insistirão, dirá Foucault, na formalização da sociedade no modelo de empresa.

E, noutro momento, de forma mais concreta na Universidade de Chicago na década de 1960, ocorrerá uma transformação da concepção neoliberal:

“A mutação epistemológica essencial das análises neoliberais, é que elas pretendem mudar o que havia constituído de fato o objeto, o domínio dos objetos, o campo de referência geral da análise econômica. Praticamente, a análise econômica de Adam Smith, até o início do século XX, se deu como objeto o estudo dos mecanismos de produção, dos mecanismos de troca e dos fatos de consumo no interior de uma estrutura social dada, com a interferência desses três mecanismos. Ora, para os neoliberais, a análise econômica deve consistir não no estudo desses mecanismos, mas no estudo da natureza e das consequências do que eles chamam de escolhas substituíveis, ou seja, o estudo e a análise de como são alocados recursos raros a fins que são concorrentes” (FOUCAULT, 2004, p. 128).

A teoria do capital humano – a qual tratamos com López-Ruiz – será, na opinião de Foucault, a reinterpretação em termos econômicos de domínios até então não considerados dessa forma. A economia torna-se uma ciência preocupada com o comportamento humano, procurando o cálculo, que pode ser errôneo, mas qual foi o cálculo por trás da decisão de um indivíduo alocar recursos raros em determinado fim. Os neoliberais da Escola de Chicago reintroduzem o trabalho na análise econômica, mas de forma a questionar como aquele que trabalha dispõe seus próprios recursos.

Assim, com o neoliberalismo alemão teríamos a generalização da forma empresa pela sociedade, uma reformulação da relação entre o Estado e o mercado. E, com os neoliberais da Escola de Chicago, temos a aplicação ilimitada da forma do mercado, levando essa lógica como princípio para o entendimento (e condução) dos comportamentos individuais; uma reconfiguração da relação entre indivíduo e mercado.

Tendo o mercado, a partir de meados do século XVIII, se convertido no lugar de formação de verdade, em meados do século XX se dará a passagem do *homo oeconomicus* liberal, homem da troca, para o neoliberal, o *homo oeconomicus* empresário de si mesmo.

Novas formas de controle

Somamos elementos na tentativa de entender como são possíveis as atuais formas de organização da produção, apesar das aparentes contradições que comentamos, entender como se sustenta um sistema que depende da participação daqueles a quem vai sacrificar. Tal situação é possível num tipo específico de sociedade. A articulação entre Toyotismo no plano

de gestão e organização produtiva, a teoria do capital humano como caricatura da maneira como o indivíduo se vê e planeja sua vida e o neoliberalismo no plano político, que declara não haver alternativas e intensifica a necessidade de se vender e concorrer com os demais a qualquer preço, dão pistas de como se forma uma situação em que a sociedade irá considerar necessárias as mazelas a que venha sofrer e, mais especificamente em nosso tema, o trabalhador será seu pior capataz, temeroso por sua situação.

Tendo o mercado se formado como o lugar de verdade e a forma empresa se disseminado amplamente, a razão governamental segue apoiada na racionalidade dos agentes econômicos, que são os próprios indivíduos preocupados com sua colocação no mercado, com suas carreiras e tratando-se a si mesmos como empresa.

Foucault nos dará as bases para pensar, com Deleuze, a passagem de uma ‘sociedade disciplinar’ a uma ‘sociedade de controle’. Pois contrapondo a gestão do trabalho como é praticada atualmente, com períodos anteriores do industrialismo, percebemos que são várias as diferenças.

A “gestão por *stress*” como coloca Gounet, típica do toyotismo; os discursos da qualidade, que mobilizam a todos numa busca permanente por melhorias; as constantes mudanças tecnológicas e das doutrinas da administração, que exigem uma qualificação constante – todos esses elementos podem ser associados a um novo tipo de sociedade.

Reflexo disso é o ‘afrouxamento’ na disciplina, observado de diversas formas. Se por um lado as fábricas tinham portões para impedir que o trabalhador saísse, hoje tais portões talvez sejam mais para impedir que entrem as levas de desempregados. Lembremos todas as formas de trabalho doméstico e de atividades baseadas no cumprimento de metas e não na obediência a um horário específico. No filme de Marcelo Piñeyro, *El Método* (no Brasil *O que você faria?*)⁷, durante uma dinâmica de grupo extremamente ‘indigesta’ para os participantes, a representante da empresa não se cansa de repetir que a porta está aberta e ninguém é obrigado a ficar ali.

Os discursos e retóricas da gestão são formulados como princípios e não como regras rígidas. Normas para gestão da qualidade e produção, como a ISO 9000, estabelecem o que fazer e não como fazer. A própria ISO 9000 apresenta 20 elementos na versão de 1994, e somente quatro na de 2000. Todas as diretrizes para condução do sistema estão lá, mas mesmo exigências com documentações diminuem, na medida em que antes o auditor externo tinha,

⁷ Baseado na peça *O método Grönholm* de Jordi Galcerán.

de certa forma, os olhos de alguém que precisava fiscalizar uma empresa, os olhos do consumidor; hoje, porém, estando todos ‘conscientes’ da qualidade, a auditoria pode focar na melhoria e na análise sistêmica, uma vez que o auditor é um parceiro da empresa, assim como o consumidor.

Para onde foi o supervisor que deveria controlar os tempos dos funcionários e vigiar a produção? Ou o fiscal que avaliava a qualidade do produto ao final da produção, para garantir que não houve erro ou sabotagem?

Traçaremos, portanto, alguns comentários sobre a configuração atual da gestão sob a ótica da sociedade de controle tratada por Gilles Deleuze, com base nos apontamentos de Foucault. Mas, antes, dando continuidade ao tema da arte de governar, observemos os indicativos dessa passagem de um tipo de sociedade à outra, na transformação do *homo oeconomicus*, na formação do indivíduo-empresa, e de como ele responderá a ‘estímulos’.

Na seqüência dos comentários que apresentamos acerca do neoliberalismo alemão e americano e a formação do *homo oeconomicus* da empresa, Foucault vai dizer que os neoliberais retomam uma problemática que já havia sido corrente na reflexão jurídica anglo-saxã, uma coação da lei seguindo uma racionalidade econômica. E tratando de uma ‘tecnologia ambiental’ no neoliberalismo ou uma ‘psicologia ambiental’:

“no horizonte de uma análise como esta, o que aparece não é de forma alguma o ideal ou o projeto de uma sociedade exaustivamente disciplinar em que a rede legal, encerrando os indivíduos, será retransmitida e prolongada a partir do interior pelos mecanismos, digamos, normativos. Também não é uma sociedade na qual o mecanismo da normalização geral e da exclusão do não-normalizável será requerido. Pelo contrário, no horizonte dela, a imagem ou a idéia ou o tema-programa de uma sociedade na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, nos quais o campo será deixado livre aos processos oscilatórios, nos quais haveria uma tolerância acordada aos indivíduos e às práticas minoritárias, haveria uma ação não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo e, enfim, haveria uma intervenção que não seria do tipo de sujeição interna dos indivíduos, mas uma intervenção do tipo ambiental” (FOUCAULT, 2004, p. 265).

No manuscrito para essa aula, Foucault aponta um recuo massivo em relação ao sistema normativo disciplinar. Nessa concepção seria preciso elucidar a função da lei, que não deve ser confundida com sua forma, sempre a de proibir e obrigar. A lei deve favorecer o jogo, permitindo a cada um maximizar suas funções de utilidade, enquanto um sujeito racional.

A lei não deve ser suplantada com uma regulamentação, uma disciplina, deve-se apenas dar-lhe força. Então esse ‘*enforcement*’ (em inglês no original) é o elemento principal, pois a lei não existe sem ele, ele é elástico, e pode-se calculá-lo. “Como racionalizar esse *enforcement*, estando claro que a lei não pode ser ela mesma um princípio de racionalização?” (FOUCAULT, 2004, p. 266).

A resposta seria pela utilidade da lei e o custo de seu ‘*enforcement*’. E, já que não se quer alterar a função da lei de regrar o jogo, a tecnologia a se utilizar não pode ser a disciplina-normalização, mas deve-se agir sobre o ambiente. Modificar as cartas do jogo, não a mentalidade dos jogadores. Tem-se uma radicalização do que os ordoliberais prescreveram no sentido de deixar o jogo econômico tão livre quanto possível e os americanos dirão que se deve considerar cada um como um jogador e não intervir mais que no ambiente no qual ele poderá jogar.

O *homo oeconomicus* que surge no século XVIII é aquele que obedece ao seu interesse, o qual irá convergir, espontaneamente ao interesse dos outros; é o sujeito, objeto e parceiro do *laissez-faire*, não devendo ser tocado. No entanto, no século XX, na definição de Becker, o *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade, que responde sistematicamente a alterações nas variáveis do meio. “O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2004, p. 274).

Na época da razão de Estado, a racionalidade é a daquele que pode dizer “eu, o Estado”. “Dai um novo problema, passagem para uma nova forma de racionalidade como índice de regulamentação do governo. Trata-se, agora, não de regrar o governo sobre a racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer “eu, o Estado”, (mas) sobre a racionalidade daqueles que são governados, aqueles que são governados enquanto sujeitos econômicos [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 316); arte de governar pela racionalidade dos próprios governados.

Sociedades de controle

Na obra de Foucault encontramos a passagem progressiva das ‘sociedades de soberania’ às ‘sociedades disciplinares’. Enquanto as primeiras procuravam açambarcar a produção e decidir sobre a morte, as outras apresentavam traços diversos, buscando mais organizar a produção e gerir a vida.

Com efeito, Foucault não chega a tratar especificamente das ‘sociedades de controle’, é Deleuze quem vai, mais tarde, utilizar tal expressão. Acompanhemos os comentários de

Deleuze a respeito das especificidades da sociedade contemporânea em relação aos modelos anteriores, aproximando-os de nossas observações do meio empresarial e das questões que estamos tratando.

“Foucault situou as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola ('você não está mais na sua família'), depois a caserna ('você não está mais na escola'), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência” (DELEUZE, 1992, p. 219).

Podemos tratar os mecanismos da gerência científica, ao empregar seus cronômetros e supervisores para fazer com que ‘Schimidt operasse 47 toneladas de ferro por dia’, como técnicas das sociedades de disciplina; enquanto o modelo atual, associado ao toyotismo e à qualidade total, com sua capacidade de dispersar a produção, garantir o cumprimento da tarefa sem a necessidade de uma supervisão ‘física’, ‘visual’, entre outros pontos, como as sociedades de controle.

Realmente podem ser encontrados elementos no pensamento de Foucault, apontando para as novas formas de controle, a que Deleuze viria a se referir. Por exemplo, numa conferência realizada no Japão em 1978, Foucault comenta:

“Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar em uma sociedade sem disciplina. A classe dirigente continua impregnada da antiga técnica. Mas é evidente que devemos nos separar, no futuro, da sociedade de disciplina de hoje” (FOUCAULT, 2003, p. 268).

Porém, a observação de fim da sociedade de disciplina não significa que as pessoas não estariam entrelaçadas em relações de poder. Foucault já descrevera uma tendência do poder exercido pelas instituições de ultrapassar os muros dos locais de confinamento. Como em *Vigiar e Punir*:

“Enquanto, por um lado, os estabelecimentos de disciplina se multiplicam, seus mecanismos têm uma certa tendência a se desinstitucionalizar, a sair

das fortalezas fechadas onde funcionavam e a circular em estado livre; as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar" (FOUCAULT, 1987, p. 186).

Dessa forma, pode-se pensar que o fim de certas modalidades do poder disciplinar poderia ser reflexo do fortalecimento de seus mecanismos, atuando através de controles mais 'flexíveis', em paralelo a mutações das instituições tradicionais. Portanto, esse aparente 'afrouxamento' da disciplina não consistiria, necessariamente, em um controle mais brando. Nesse sentido, Deleuze escreve, em 1990: "Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente" (DELEUZE, 1992, p. 216).

Nossa preocupação maior é com as transformações ocorridas na forma de organizar a produção, e a formação do trabalhador-empresa contemporâneo. Porém, a analítica das relações de poder de Foucault, mesmo quando não aponta diretamente para nosso objeto, nos ajuda a pensar e entender seu percurso. Por exemplo, em um artigo intitulado *O asilo ilimitado*, de 1977, o filósofo trata do fim do confinamento, especificamente em relação ao hospital psiquiátrico.

"A psiquiatria não nasceu no asilo: ela foi, de saída, imperialista; ela sempre fez parte integrante de um projeto social global. (...) Especialistas [os psiquiatras] sobretudo de um certo perigo geral que corre através do corpo social inteiro, ameaçando todas as coisas e todo o mundo, já que ninguém está livre da loucura ou da ameaça de um louco" (FOUCAULT, 2000, p. 235).

Ou seja, a psiquiatria não se restringiu ao manicômio, nasceu com o intuito de se disseminar pela sociedade. Os muros do hospício provocam o medo e o alerta da loucura. Da mesma forma, não podemos pensar que todas as respostas do toyotismo à imagem do trabalhador confinado num espaço fabril similar a uma prisão, com seus movimentos controlados pela gerência, executando tarefas repetitivas e fisicamente desgastantes, seriam um modo diferente, e mais eficiente, de realizar o controle sobre o trabalho?

"Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomece do zero (...). Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis (...). Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma

peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. Isto se vê claramente na questão dos salários: a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários; mas numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos” (DELEUZE, 1992, p. 220-221).

Existe uma faceta mais evidente das novas formas de controle, que é aquela relacionada às novas tecnologias. “Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica)” (DELEUZE, 1992, p. 224). Se tais tecnologias de controle tomam conta do espaço público, já se firmaram há algum tempo no interior da fábrica, com as câmeras de segurança, catracas eletrônicas e monitoramento do trabalho através dos sistemas de informática. Mas, além disso, também o ‘espaço produtivo’ como um todo, que, como vimos, ultrapassa os muros da fábrica; estando o trabalho disperso, o controle acompanha-o através dos celulares e da rede mundial de computadores.

Mas há outra característica do controle. Além do controle físico, do supervisor, ter sido substituído por câmeras de vigilância, além do controle informatizado da cadeia produtiva ter a capacidade de ‘rastrear’ (‘rastreabilidade’ é outro elemento fundamental para a ISO 9000) o percurso do produto, apontando as causas de falhas e, portanto, os que falharam (de modo a acabar com a antiga forma de sabotagem); além desses aspectos de um controle que passa a ser feito de forma diferente pelo uso da tecnologia, há o controle conseguido pela interiorização dessa lógica que descrevemos, da formação do indivíduo-empresa, da competição e do cálculo.

Existe uma vigilância entre os ‘colaboradores’. Forma-se uma situação em que o trabalhador terá de ter a conduta adequada não só por estar sendo vigiado por uma câmera, que seria a mediação entre ele e a antiga figura do capataz ou do supervisor, mas por estar sendo vigiado pelos próprios colegas. Além disso, não bastará que respeite as regras, que não erre; como almeja a superação constante de metas que são sempre restabelecidas, como se preocupa com os problemas da produção e de sua carreira de forma preventiva, terá de acertar sempre, procurar trabalhar da melhor maneira possível. Dessa forma, as regras não precisam ser rígidas; assim como para os neoliberais o jogo econômico deve ser livre, também no processo

produtivo caberá ao trabalhador empresário-de-si buscar as melhores formas de agir, aumentando sua produção, de modo que a câmera de vigilância, em última instância, nem precisa estar ligada.

O medo tem grande resultado no controle. Assim como ninguém está livre do risco da loucura e os psiquiatras guardam a sociedade de uma ameaça geral e permanente, os especialistas da economia, mas também os ‘gurus’ da gestão, prescrevem as receitas que devem ser seguidas para se proteger contra as ameaças do desemprego. O discurso da gestão é totalmente voltado para a ameaça de a empresa sucumbir junto com seus ‘colaboradores’. A Toyota já cunhou lemas como: ‘proteja a empresa para proteger a sua vida’.

Mais uma característica do trabalhador contemporâneo encontra ressonância com a análise de Deleuze sobre as sociedades de controle. A busca permanente por ‘desenvolvimento pessoal’, ‘investindo’ em livros e cursos, seja para o aprendizado de novas línguas, capacidade de liderança ou conhecimento em vinhos.

“Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário” (DELEUZE, 1992, p. 216).

O indivíduo de hoje tem de manter-se permanentemente em alerta, buscando novas qualificações, atento às exigências do mercado. E além de estar constantemente se reciclando, seu trabalho em si também não termina, visto que as metas são reajustadas. Quando Sísifo carregava sua pedra até o alto da montanha, ela retornava ao início; agora, é como se, ao chegar ao topo, a montanha simplesmente se reconfigurasse, e seu trajeto fosse aumentado, além de tornar-se desconhecido. “Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço” (DELEUZE, 1992, p. 221 - 222).

Outro ponto interessante é a diluição das responsabilidades, a dificuldade em encontrar o responsável pelo controle, o executor da vigilância. A gestão da produção está, em grande parte, na ação de cargos técnicos; os responsáveis por seleção e manutenção de recursos humanos do departamento de RH, os técnicos em sistemas da qualidade e de informática, etc. Além disso, os próprios executivos informam responder a um sistema, como a ISO 9000, que vai além de sua vontade ‘soberana’. As ações da empresa são justificadas pelo acirramento da

concorrência e a ‘guerra econômica’ que se instalou. Mas a responsabilidade também não poderá ser encontrada na figura de um banco, visto que os acionistas estarão dispersos nos mais variados países, em diferentes posições econômicas. No filme *A classe operária vai ao paraíso*, de Élio Petri, em determinado momento os trabalhadores mobilizados gritam “peguem o engenheiro!” Quem deveria ser pego hoje?

“A família, a escola, o exército, a fábrica não são mais espaços analógicos distintos que convergem para um proprietário, Estado ou potência privada, mas são agora figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Numa entrevista, dezessete anos antes do artigo de Deleuze tratando das sociedades de controle, Foucault comenta:

“Mas a burguesia não abandonou a função do internamento. Ela chegou a obter os mesmos efeitos do internamento através de outros meios. O endividamento do operário, o fato, por exemplo, de que ele é obrigado a pagar seu aluguel um mês adiantado, quando ele só toca em seu salário no fim do mês, a venda à prestação, o sistema de poupança, os recolhimentos de aposentadoria e de assistência, as vilas operárias, tudo isso constitui diferentes meios de controlar a classe operária de uma maneira muito mais branda, muito mais inteligente, muito mais fina, e a fim de seqüestrá-la”. (FOUCAULT, 2003, p. 76).

E atualmente, podemos dizer, esse endividamento financeiro assume novas formas, na medida em que nunca são suficientes os produtos a serem consumidos; seja pela produção de desejo, organizada pela hábil propaganda, seja pela necessidade de atualização em tecnologia para permanecer ‘comunicável’, ou pelo consumo encarado como investimento que, por definição, tem de ser sempre renovado.

Além desse endividamento financeiro, mais quantificável, o indivíduo contemporâneo parece estar sempre em dívida consigo mesmo, no sentido de ser o único responsável pela manutenção de sua empresa; ou seja, pela constante atualização de seus conhecimentos e pelo permanente aprendizado de habilidades e atitudes, que possam contribuir (não garantir) para que ele não se junte ao grupo dos perdedores. É ele quem deve investir em formação, e de forma intensa, pois é intensa a competição; mas também é ele quem tem de investir em ‘qualidade de vida’, nunca satisfazendo nenhuma das instâncias.

“O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente dos nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Na análise neoliberal deve se deixar o indivíduo livre para o jogo, alterando o ambiente quando necessário. Nas diretrizes dos sistemas de gestão da qualidade também estão abertas as formas de fazer, havendo muitos princípios e poucas regras. Um determinado controle é conseguido também na medida em que o jogador não conhece o jogo que está sendo jogado⁸. Por um controle conseguido pelo desconhecimento das regras do jogo por parte do jogador, estamos nos referindo a situações que vão além da execução da tarefa encarada como trabalho. Com efeito, Francisco de Oliveira já apontou o trabalho não pago que se realiza ao se fazer a própria movimentação bancária através da internet (cf. OLIVEIRA, 2003); mas fora esse tipo de trabalho, como medir a mais-valia gerada ao ‘navegar’ na internet, ou assistir à televisão, e ficar exposto à publicidade, além de gerar dados que são comercializados? Determinadas situações podem ter um sentido para os envolvidos, e serem ‘aproveitadas’ e capitalizadas num outro plano.

Na opinião de Deleuze, estamos no início de alguma coisa. Busca de penas ‘substitutivas’ e a utilização de coleiras eletrônicas que obrigam o condenado a ficar em casa em certas horas; nas escolas, formas de controle e avaliação contínuos, além do abandono de qualquer pesquisa na Universidade com a introdução da ‘empresa’ em todos os níveis de escolaridade; nas empresas novos métodos diferentes da antiga forma-fábrica.

“São exemplos frágeis, mas que permitiriam compreender melhor o que se entende por crise das instituições, isto é, a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação” (DELEUZE, 1992, p. 225).

Evidentemente grande número de trabalhadores podem ainda conviver com sistemas diretos de disciplina, com medidas taylorista/fordista e também estarem distantes da preocupação com a valorização de seu capital humano, mas para se entender a importância desse novo trabalhador que apontamos, é preciso considerar que “as minorias e as maiorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é o modelo ao qual é preciso estar conforme” (DELEUZE, 1992, p. 214).

⁸ Isso não é a mesma coisa que dizer que as ‘ferramentas de gestão’ e os discursos da qualidade escondem sua real intenção, camuflam sua natureza e enganam o trabalhador.

“É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas” (DELEUZE, 1992, p. 224).

A mesma lógica vai justificar, também, a exclusão dos inaptos para o processo. Susan George simulou a elaboração de um relatório sobre os problemas para a manutenção do capitalismo e suas possíveis soluções; de forma a traçar os desdobramentos do pensamento neoliberal e da sociedade contemporânea. Segundo os especialistas ‘fictícios’, o mercado aceita os melhores e rejeita os demais, conforme o princípio da concorrência. Porém, os ‘demais’ estão em número muito maior, ameaçando o sistema. Por diversos motivos, não ‘compensaria’ a aplicação de modelos como os de Auschiwitz. Dessa forma, “a seleção das ‘vítimas’ não deverá ser preocupação de ninguém a não ser das próprias ‘vítimas’. Elas mesmas se escolherão pelos critérios de incompetência, incapacidade, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade e assim por diante;” (GEORGE, 2002, p. 89) farão parte do grupo dos perdedores.

Neoliberalismo, toyotismo e teoria do capital humano, são denominações que abrangem alguns dos discursos e práticas que contribuem de forma articulada para a configuração da sociedade contemporânea. Entender os mecanismos de controle atuais é imprescindível para a elaboração de uma crítica que, longe de acreditar não haver alternativas, reconheça as dificuldades de enfrentar tais discursos de mobilização e a necessidade de novas estratégias. Se a configuração atual consegue seus efeitos ‘governando sob a lógica dos próprios governados’, no lugar de denunciar as reais intenções de determinado discurso ou o que está por trás das ações das empresas, faria mais sentido demonstrar a formação dessas ‘verdades’, desnaturá-las e buscar formas alternativas, pois, se elas não existissem, não haveria a necessidade de um controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Controle

William S. Burroughs, autor americano que teve a vida marcada pelo uso de drogas, publicou em 1959 *Naked Lunch* (no Brasil, Almoço nu). Difícil classificar este livro como um

romance, coletânea de contos ou diário. Em meio a relatos reais ou delirantes e várias explicações a respeito do uso e do funcionamento da droga, Burroughs inicia um capítulo intitulado ‘Benway’.

Conta-nos muito rapidamente que o Dr. Benway foi chamado para ser conselheiro em Liberterra, um lugar consagrado ao amor livre e banhos constantes, onde os cidadãos são bem ajustados e, acima de tudo, limpos. Segundo ele, isso era um indício de que nem tudo ia bem por trás da fachada higiênica do lugar, pois o doutor em questão é um manipulador e coordenador de sistemas simbólicos, um especialista em todo o tipo de interrogatório, lavagem cerebral e controle. Relata muito tranqüilamente que o primeiro ato do Dr. Benway foi abolir os campos de concentração, as prisões em massa e o uso da tortura (utilizada apenas em circunstâncias especiais e limitadas).

“‘Deploro a brutalidade’, disse ele [Dr. Benway]. ‘Não é eficiente. Por outro lado o mau trato prolongado, sem chegar à violência física, dá lugar, quando utilizado inteligentemente, à ansiedade e a um sentimento de culpa bastante especial. Deve-se ter em mente umas poucas regras, ou melhor, princípios orientadores. O sujeito não deve tomar consciência que o mau trato é um ataque deliberado de um inimigo anti-humano contra sua identidade pessoal. Deve-se fazer com que ele sinta que merece *qualquer* tratamento que receba porque existe alguma coisa (nunca definida) de terrivelmente errada com ele. A necessidade viva dos viciados sob controle deve ser decentemente escondida sob uma intrincada e arbitrária burocracia para que o indivíduo não possa contactar o inimigo de frente’’ (BURROUGHS, 1992, p. 31-32).

Abolir as facetas mais aparentes da dominação parece ter ocorrido também fora de Liberterra. Nós retiramos os supervisores e inspetores da linha de produção e em muitos casos deslocamos o trabalho do interior dos muros da fábrica. Limitamos as cenas de esforço físico intenso. A gestão atual também reduziu as regras. A ansiedade prolongada e o sentimento de culpa parecem estar presentes quando pensamos na preocupação que o trabalhador tem em buscar ‘empregabilidade’ e em cumprir metas sempre renováveis. A busca, a corrida e a competição nunca têm fim, pois sempre há algo de errado consigo próprio, ou algo que pode ser melhorado para tentar escapar do ‘grupo dos perdedores’.

Outro reflexo desse quadro, mas num movimento diferente, são os suicídios de trabalhadores. No primeiro semestre de 2007, somente na PSA Peugeot Citroën foram seis casos de

funcionários do grupo. Vale frisar que vários eram funcionários em posições de coordenação e gerência⁹. Talvez ‘nem tudo vá bem’ também em outro lugar além de Liberterra.

Se há um inimigo, realmente está difícil contactá-lo de frente. O discurso do empreendedorismo parece estar propagado nas diversas camadas da população, os mecanismos de gestão não ficam de forma alguma restringidos à fábrica e a sociedade parece estar toda organizada como uma empresa e vendo seus indivíduos como empresas. Relembrando a análise de Foucault sobre o neoliberalismo: arte de governar pela racionalidade dos próprios governados. Novamente, nas palavras do Dr. Benway, “um estado policial em pleno funcionamento não precisa de polícia” (BURROUGHS, 1992, p. 31-32).

Entre as sociedades de disciplina, a antiga forma-fábrica, os métodos de organização da gerência científica e as sociedades de controle, a forma-empresa e os métodos de organização atuais, “não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições” (DELEUZE, 1992, p. 220).

“Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992, p. 212). Nesse sentido, procuramos entender as situações verificadas no ambiente produtivo que tivemos a oportunidade de conhecer, e tentamos captar algumas de suas características predominantes, bem como aquilo que pode ter contribuído para tal formação. Pode parecer que tudo está resolvido quando, por um lado, as técnicas de organização da produção atingem seu mais alto grau de refinamento, associadas às novas tecnologias de informação e da automação; por outro, o discurso neoliberal estabelece-se como ‘verdade’; e tem-se um trabalhador ‘participativo’ e ‘colaborativo’, interessado em ‘investir’ em sua carreira e responder à competição. Porém, é preciso lembrar que as situações que se formaram, a própria tecnologia utilizada para intensificar o controle, carregam potencialidades diversas.

Para Deleuze e Guattari, uma sociedade parece “definir-se menos por suas contradições que por suas linhas de fuga, ela foge por todos os lados” (DELEUZE, 1992, p. 212). “É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle” (DELEUZE, 1992, p. 218).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: ed. Boitempo, 2003

BURROUGHS, Willian S. **O almoço nu**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992

⁹ “Suicídios em série: a depressão ligada a atividades profissionais faz vítimas na Peugeot, Renault e EDF com as exigências da globalização” (LERRER, D. pg 45).

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992

FOUCAULT, Michel. **Vigar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. **Ditos e Escritos I: Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002

_____. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003

_____. **Naissance de la biopolitique**. Coll. Hautes Études. Paris: Galimard/Seuil, 2004

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Editora Anablume, 2005

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999

GUSMÃO, M. “Eu negociei a vida do meu filho”. *Revista Você s/a*. São Paulo, Outubro de 2005, edição 88, pg 22-29

HELOANI, José R. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

LERRER, D. “Suicídios em série: a depressão ligada a atividades profissionais faz vítimas na Peugeot, Renault e EDF com as exigências da globalização”. *Carta Capital*. São Paulo, 25 de julho de 2007, nº 454 pg 45-46

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007

LOBO, F. “Vida e Morte no Trabalho”. *Carta Capital*. São Paulo, 22 de Outubro de 2003, nº 263 pg 12-15

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: Capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007

MARCELINO, Paula R. P. **A logística da precarização**. São Paulo: Expressão Popular, 2004

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003